


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002756-74.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Angela Maria Perussi Rogeri**
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória por danos morais movida por Angela Maria Perussi Rogeri em face de Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). A requerente aduz, em síntese, ter se surpreendido ao ver o seu nome negativado pela ré, pois, conforme acordado em outro processo, a autora vem efetuando os depósitos judiciais, não restando motivos para a inserção de seu nome em cadastros de inadimplência. Requer, também, que a requerida seja condenada a proceder à ligação de energia elétrica. Juntados os documentos de fls. 09/14.

Citada, a requerida apresentou contestação contrapondo-se às alegações da autora (fls.34/49).

Houve réplica (fls. 77/87).

Designou-se audiência de conciliação, a qual restou infrutífera (fls.90).

Instadas, as partes deixaram de especificar provas (fls. 97).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil e também pelo manifesto desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

Referentemente ao pedido de ligação de energia elétrica, acolho a preliminar de inépcia da petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Verifique-se que a narrativa e os documentos que instruem a petição inicial nada esclarecem acerca do pedido, inexistindo, inclusive, deliberação da concessionária acerca do mesmo.

De outro lado, no que tange aos danos morais suportados pela autora, presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor, o que não se verifica nos autos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Ibaté
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Competiria, portanto, à ré a comprovação da exigibilidade do débito e a adequação da negativação, mas manifestou desinteresse na produção de outras provas, não se desincumbindo, pois, do ônus que lhes impõe o artigo 373, II, do Código de Processo Civil.

O dano moral, em casos da espécie, não depende de demonstração. Sua existência é presumida e decorre da observação daquilo que ordinariamente acontece. Ademais, não se mostra necessária a demonstração pelos autores de ocorrência do dano com o fato, pois a indenização é devida pelo sofrimento moral injusto e grave infligido pela negativação mantida irregularmente.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

É razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição da autora, a capacidade das rés e o valor do apontamento, em quantia equivalente a R\$ 6.000,00, mostrando-se excessivo o montante postulado.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*” (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO** a obrigação de fazer (CPC, art. 330, I, §1º, I e III). Sucumbente, arcará a autora com honorários de R\$ 500,00. **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido indenizatório para condenar a requerida a pagar à autora, a título de indenização por danos morais, a importância de R\$ 6.000,00, atualizada desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Arcará a requerida com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive, subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

Traslade-se cópia desta sentença aos autos em apenso, no qual a serventia deverá anotar a extinção do processo no SAJ no momento oportuno.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibate, 20 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**